

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

PECUÁRIA NA AMAZÔNIA: DO SISTEMA EXTENSIVO À MODERNIZAÇÃO

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

A pecuária na Amazônia é uma atividade secular. Sua exploração data do final do século XVII. Seu início deu-se em pastagens nativas nas savanas mal drenadas, em seus gradientes de inundações, cujos protótipos são a ilha de Marajó e a Baixada Maranhense. Também ocorreu em solos aluviais, que correspondem aos campos de várzeas, sujeitos a regimes de inundações periódicas. A partir do final da década de 1950 vem ocorrendo sua expansão em solos de terra firme. Esta começou no Estado do Pará, especificamente no atual município de Paragominas, com o projeto e a construção da rodovia Belém-Brasília, num processo de derrubada da floresta, da queima da biomassa e do semeio de sementes de capim.

O nome Paragominas significa terras paraenses desbravadas por pioneiros goianos e mineiros sob a liderança do mineiro Célio Rezende Miranda, a partir de 1959. No entanto, a primeira área aberta para pecuária deve-se ao baiano Ariston Alves Silva, que lançou as primeiras sementes de capim em 1957, após uma epopeia subindo os rios Guamá e Capim, e mais caminhada na floresta até atingir o rio Potirritá, e por este até o local onde implantou o primeiro pasto em terra firme, posteriormente denominado Agropecuária Boa Sorte Ltda., localizada no povoado conhecido como km 204 da rodovia Belém-Brasília, hoje distrito municipal Piriá, em Paragominas. Completaram essa fase, nas décadas de 1960 e 1970, outros pioneiros paulistas, baianos e paraenses. Nestes últimos tem-se o pecuarista marajoara Amilcar Batista Tocantins, primeiro prefeito – interventor designado pelo Governador do Estado do Pará – exerceu o cargo de 1965 a 67. O parque de exposição de Paragominas leva seu nome.

Vários fatores contribuíram para essa nova etapa da pecuária na Amazônia: i) a produção local não atendia a crescente demanda, principalmente de carne bovina *in natura*, que dependia em grande parte da importação; ii) abertura da rodovia Belém-Brasília; iii) política de incentivos fiscais, intensificada pelo governo federal a partir de 1966; iv) Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Nordeste e Norte – PROTERRA – na década de 1970, que financiava a implantação da atividade aos pecuaristas que se dispusessem fazê-lo na região, a juros subsidiados; v) expansão da malha rodoviária que se estendeu na Amazônia possibilitando a implantação de pastagens plantadas às suas margens vi) terras devolutas ou de baixíssimo preço então disponíveis; vii) o governo conclamava à ocupação da Amazônia com o lema “*integrar para não entregar*”.

Essas condicionantes atraíam os pecuaristas do Brasil Central Pecuário – Goiás e Minas Gerais – que trouxeram para a Amazônia sua experiência na pecuária extensiva. A implantação de pastagem em terra firme na região seguiu o sistema tradicional da derrubada da floresta, queima da biomassa e plantio da gramínea, que no início desse processo foi o capim-colômbio (*Panicum maximum*).

A queima da biomassa propiciava o aumento na disponibilidade de nutrientes no solo, fazendo com que o pasto viesse com vigor, o que na visão do pecuarista, indicava boa fertilidade do solo. Além disso, o clima estável contribuiu para uma menor incidência de zoonoses. Essa visão os entusiasmava a divulgarem a nova fronteira como excelente para a pecuária, contribuindo para que a migração se intensificasse em direção à nova fronteira. No entanto, as pastagens pioneiras começaram a apresentar um declínio crescente da forragem, estando degradadas no final da década de 1970.

A fase do pioneirismo se caracterizou pelo intenso fluxo migratório e rápida taxa de expansão da pecuária, incentivada pelo financiamento do PROTERRA a juros subsidiados – inflação de 35% ao ano, em detrimento dos juros cobrados no financiamento, 7% ao ano – e pelos incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O retorno desses investimentos ocorria mais pelas transações fundiárias, beneficiadas pelas condições da economia acima mencionadas, do que pela produção. Num segundo momento, ocorreu pela venda de madeira, anos 1980, quando o crédito rural subsidiado foi desativado em função da crise econômica que atingia o Brasil. Essas características demonstram essa fase com uma postura mais agrária especulativa do que propriamente produtiva.

Registre-se que nesse período havia carência em tecnologias para implantação e manejo de pastagens, e também, disponibilidade de germoplasma forrageiro adaptados para a pecuária em terra firme na Amazônia. Nessa conjuntura, erros graves no estabelecimento e no manejo das pastagens formadas na região amazônica eram frequentemente cometidos, resultando na baixa longevidade e capacidade produtiva dessas áreas. Então ocorreu a indagação: é possível a pecuária na Amazônia, em terra firme com pastagem plantada? Visto que sua expansão, no sistema então empregado, só poderia ocorrer com o avanço sobre nova área de floresta, para repetir o mesmo ciclo.

O surgimento do movimento ambientalista, as distâncias de novas áreas dos eixos rodoviários e a retirada de subsídio do crédito rural passaram a inviabilizar a pecuária extensiva em terra firme na Amazônia. A solução deu-se pela pesquisa agrônômica. Ela ocorreu através do Projeto de Melhoramento de Pastagens da Amazônia Legal – PROPASTO – lançado em 1976, envolvendo o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), hoje Embrapa Amazônia Oriental, o Banco da Amazônia, e pecuaristas parceiros.

O objetivo era estudar as causas da baixa produtividade das pastagens implantadas na Amazônia e buscar soluções para aumentar a produtividade dos ecossistemas de pastagens nativas – naturais – de baixa produtividade, recuperar as pastagens plantadas degradadas ou em degradação em áreas de floresta e manter a longevidade de produção dessas pastagens. Pesquisas desse projeto identificaram a dinâmica do fósforo disponível em solos da floresta e após o estabelecimento e uso da pastagem na Amazônia.

Nessa dinâmica o *boom* da pastagem ocorria em função da dinâmica do fósforo (P_2O_5) no solo. Na floresta é da ordem de cinco partes por milhão (5 ppm), após a queima da biomassa chega a 10 ppm, e após dez anos de uso da pastagem cai para 0 ppm, caracterizando o que passou a ser conhecido na Amazônia como pasto degradado. Além da total queda do fósforo no solo, essa degradação atinge mais dois níveis: i) agrícola, onde a composição botânica é alterada com menor participação da pastagem e maior número de plantas invasoras; ii) biológica, com drástica diminuição da biomassa vegetal, contribuindo para danos na propriedade física do solo, pela erosão e/ou compactação.

O PROPASTO foi extinto em 1980, por falta de visão estratégica e científica dos tomadores de decisão da época, todavia ele foi um marco na geração de tecnologias e na formação de equipe de especialistas em recuperação de pastagens

degradadas na Amazônia Legal. A partir dele as pesquisas com pastagem continuaram propiciando tecnologias para formação, renovação, recuperação e manejo de pastagens, inclusive com o lançamento do primeiro livro publicado no Brasil sobre degradação e recuperação de pastagens tropicais, em 2003, autoria do pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Moacyr Bernardino Dias-Filho, com o título: *“Degradação de Pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação”*. Atualmente esta publicação está na sua quarta edição.

Segundo Dias-Filho: *“ecossistemas de pastagens diferem em complexidade de outros ecossistemas agrícolas nos quais, geralmente, apenas a cultura e as plantas daninhas seriam os principais componentes do sistema. Em pastagens, a presença do animal como agente de “colheita” da cultura amplia, em muito, a complexidade do sistema, interferindo direta e indiretamente nos padrões de competição e sucessão. (...) a natureza dessa competição ainda não é completamente entendida. (...) assim, as práticas agronômicas empregadas nessa atividade devem ser baseadas, também, em conceitos ecológicos”*.

Essa nova fase na qual se insere a pecuária tem contribuído para reverter o quadro sombrio que pairava sobre essa atividade econômica, possibilitando a expansão do rebanho bovino na Amazônia Legal, que atingiu aproximadamente 59 milhões de cabeças, correspondendo a 30% do rebanho nacional em 2015. É importante mencionar que o aumento do rebanho tem sido maior do que a expansão das áreas de pastagens, o que denota que tecnologias de pastagens, melhoramento animal e melhor gestão da propriedade já estão sendo praticadas na pecuária na Amazônia.

Diferentemente dos anos iniciais da implantação da pecuária em terra firme na Amazônia, o contexto econômico e ambiental começou a mudar a partir dos anos 1980 não permitindo a expansão dessa atividade no sistema extensivo. Os juros subsidiados à essa atividade foram suprimidos e a pressão ambientalista começava a mostrar sua força. De modo que, não seria mais possível a expansão da pecuária no sistema extensivo, visto que ele apoia-se na fertilidade natural do solo acrescida pela queima da biomassa, que decresce com o uso; executa manejo inadequado (solo, pastagem e rebanho), conseqüentemente não apresenta sustentabilidade econômica e ambiental. Sua continuidade depende da disponibilidade da fronteira agrícola e da não existência de política ambiental. Em outras palavras, apresenta-se como uma atividade extrativa.

A disponibilidade de tecnologias começou a mudar pela substituição do capim-colonião preferido na fase de implantação da pecuária, substituído por capins mais adaptados e indicados pela pesquisa a partir da década de 1980. Entre as indicações citam-se as dos gêneros *Andropogon*, *Brachiaria*, *Centrosema*, *Cinodon*, *Echinochloa*, *Hymenachne*, *Luziola*, *Panicum*, *Pueraria*, *Stylosanthes*. Também surgiram novas práticas do manejo da pastagem e do rebanho, assim como a afirmação da raça Nelore como a mais adaptada às condições amazônicas para a produção de carne.

Por outro lado, restrições ambientais vêm sendo aplicadas à pecuária. Resolução do Conselho Monetário Nacional, de 2008, exige regularização ambiental para o financiamento de projetos agropecuários no Bioma Amazônia. Restrições administrativas aos municípios que mais desmatam na Amazônia. Propriedades rurais que permanecem nesse sistema sofrem embargos do mercado da carne. Operações de fiscalização eficientes. Pressão ambiental para a não expansão da área já desmatada na Amazônia, hoje em torno de 763 mil km²

Também contribuem o comportamento do consumidor sendo cada vez mais exigentes a respeito da qualidade e origem dos produtos que consomem, e das empresas que os produzem. Mercado exigindo o produto certificado e a produção rastreada. E o produtor podendo obter maior produtividade, maior renda e sustentabilidade com a modernização dessa atividade.

Diante desta nova realidade a pecuária terá que partir para uma mudança de paradigma, o que significa transformá-la em sistema de produção que aumenta a produtividade do solo, do trabalho e do rebanho dando-lhe sustentabilidade. Ou seja, sai do monocultivo do pasto e transforma-se em policultivo – pasto, agricultura e floresta – aumentando a cadeia produtiva, produzindo mais e melhor na mesma área. Para tanto, necessita de planejamento e gestão.

Para trilhar esse novo caminho a pesquisa é a sua grande aliada para essa conquista, disponibilizando tecnologias que propiciam a intensificação e maior eficiência do uso do solo nas áreas antropizadas, gerando, também, outros benefícios ao ambiente, tais como: maior sequestro de carbono; aumento da matéria orgânica do solo; redução da erosão; melhoria das condições microclimáticas e do bem-estar animal. Quanto aos benefícios econômicos destacam-se: redução dos custos de produção; aumento de produtividade e diminuição do risco inerente à agropecuária, especialmente por variações climáticas e oscilações de mercado.

No âmbito operacional elas se apresentam na formação, no melhoramento e na recuperação de pastagem; nos sistemas integrados de produção: lavoura-pecuária (ILP); pecuária-floresta (IPF); lavoura-pecuária-floresta (ILPF); no plantio direto (PD); na fixação biológica de nitrogênio (FBN).

O emprego dessas tecnologias conta com o financiamento do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), prioritária no bioma Amazônia. No entanto, sua aplicação encontra sérios obstáculos: i) desconhecimento dos produtores sobre os sistemas ILPF, PD, FBN; ii) entraves na regularização fundiária e ambiental; iii) falta de assistência técnica ao produtor; iv) baixa atuação do grupos gestores estaduais; v) demora na análise e aprovação do financiamento; v) adequação de juros compatíveis ao tipo da atividade e ao período de ressarcimento do investimento; vi) segurança jurídica aos produtores e investidores.

A modernização da pecuária tem papel importante no desenvolvimento econômico devido a integração de cadeias produtivas, conduz os produtores às inovações, fortalece politicamente o segmento da pecuária pelos resultados econômicos e ambientais alcançados.

Não obstante a mudança do paradigma da pecuária na Amazônia, concomitantemente tem ocorrido uma redução substancial de recursos financeiros destinados à pesquisa com recuperação de pastagens na região, como também do quadro de pesquisadores, além de que unidades de pesquisa, como a Embrapa Amazônia Oriental, não vêm priorizando as atividades com recuperação de pastagem.

É necessário que a sociedade ao ser informada que pecuária extensiva não encontra mais espaço para ser praticada, também se conscientize de que a modernização desse segmento é uma realidade que contribui com o desenvolvimento econômico sustentável.

Todavia, a continuidade e ampliação das pesquisas são importantes e prioritárias, e para tanto, necessita de um aporte permanente e atualizado de recursos financeiros para ser desenvolvida com eficiência. Também, que ocorra a manutenção de pesquisadores com formação acadêmica em forragicultura, manejo de pastagens e em outras áreas afins à pecuária, e que possua não só o conhecimento, mas, acima de tudo, comprometimento com a região.

A divulgação e a adoção de novas tecnologias pelos produtores não pode ser menosprezada. E mais, a adoção de uma nova tecnologia tem que agregar ganho ao

produtor, pois somente o benefício ambiental não o convencerá em ser salvador do planeta Terra.

Somente com uma nova visão sobre a pecuária na Amazônia, impulsionando sua modernização, com base no conhecimento científico, na racionalidade econômica e na responsabilidade ambiental sem viés ideológico, utilizando áreas antropizadas e não mais avançando sobre a floresta é que essa atividade poderá dar maiores e crescentes benefícios à sociedade regional, ao Brasil e ao mundo, no fornecimento de tão nobre alimento: proteína animal.

A mudança do paradigma da pecuária na Amazônia só ocorrerá em dimensão amazônica quando os diversos setores que a compõem, começando pelas lideranças – públicas e privadas – desse segmento, trabalharem em conjunto com produtores, pesquisadores, assistência técnica, agentes financeiros e legisladores com o objetivo de implementá-la, e, paulatinamente mostrar à sociedade, de modo a fazê-la entender que os benefícios da modernização da pecuária não ficam apenas com os produtores, mas que a própria sociedade também ganhará com as externalidades econômicas e ambientais positivas que ocorrerão.